

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Foi com surpresa que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda constatou que o Consulado Geral de Portugal em São Paulo e o Escritório Consular de Portugal em Santos haviam suspenso os pedidos de nacionalidade portuguesa e de emissão de vistos até 2 de janeiro de 2019.

Segundo o comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a demanda decorrente do crescente número de pedidos de nacionalidade e de emissão de vistos “acaba por provocar, necessariamente, demoras na capacidade de processamento, análise e conclusão dos novos pedidos apresentados”, pelo que se vê “forçado a suspender temporariamente a admissão de novos pedidos de nacionalidade” a fim de evitar uma “maior lentidão na análise dos processos que já se encontram pendentes de tratamento”.

Esta decisão fará com que os utentes sejam forçados a aguardar um período superior a 2 meses para poderem voltar a usufruir dos serviços destes postos consulares, supondo que não se tenham que dirigir a um outro posto consular, tarefa muitas vezes hercúlea e dispendiosa dada a extensão do território brasileiro.

A situação presente não é, de resto, inédita, tendo em conta que a entrada de novos pedidos de nacionalidade se encontrava suspensa entre 30 de agosto e 30 de setembro de 2018. Coincidentemente, o Consulado Geral de Portugal em São Paulo já era, em 2016, o posto consular com o segundo maior número de atos praticados (164.195), ficando apenas atrás do Consulado Geral de Portugal em Paris (194.387), sendo que no ano passado chegou mesmo a ser o posto com mais atos consulares praticados em toda a rede externa portuguesa.

Além disso, tendo em conta que a maior comunidade de estrangeiros a viver em Portugal é precisamente a brasileira, e que segundo dados do Instituto Nacional de Estatística perto de 900 mil turistas brasileiros se deslocaram a Portugal no ano de 2017, seria expectável que o Governo português tivesse um plano de contingência para lidar com a crescente solicitação de pedidos de nacionalidade e vistos desta comunidade.

Este fluxo migratório tornar-se-á ainda mais tangível após o processo eleitoral vigente no Brasil, em que a apologia ao divisionismo, ao autoritarismo, à xenofobia, ao racismo, à misoginia, à homofobia, à violência e à tortura dominam a agenda de um dos lados que se candidatam à presidência daquele país, pelo que será expectável que muitos cidadãos brasileiros e luso-descendentes recorram aos serviços consulares portugueses por motivos de segurança. Ao suspender serviços-chave como são os pedidos de visto e a emissão de vistos, o Governo português poderá estar a colocar em risco a integridade física desse mesmo conjunto de pessoas.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda discorda que a crescente procura tenha que provocar “necessariamente, demoras na capacidade de processamento” nem que uma maior procura de um certo serviço justifique a sua suspensão. Consideramos sim, que uma das respostas dadas deveria ter passado pelo aumento do número de trabalhadores, quer no Consulado Geral de Portugal em São Paulo e no Escritório Consular de Portugal em Santos, quer na Conservatória dos Registos Centrais, pelo que considera necessária a contratação de mais trabalhadores consulares que permitam dar resposta efetiva à procura verificada nestes postos consulares.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:*

1. Por que razão considera o Governo português que o aumento de demanda dos pedidos de nacionalidade portuguesa e da emissão de vistos justifica a suspensão desses serviços?
2. Pretende o Governo aumentar o número de trabalhadores consulares para dar resposta ao presente incremento de fluxo no Consulado Geral de Portugal em São Paulo? Se não, quais as razões?
3. Tem o Governo conhecimento de outras repartições consulares que poderão ter os seus serviços suspensos?
4. Quantos trabalhadores consulares se encontram em funções nos vários Consulados Gerais de Portugal no Brasil? Quantos trabalhadores teriam idealmente que ser colocados para responder ao presente aumento de afluência?

Palácio de São Bento, 27 de outubro de 2018

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)